



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 14ª
(DÉCIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 10 DE MARÇO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se inícios aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 12ª Sessão Ordinária;
- Ata da 13ª Sessão Ordinária.

Quero cumprimentar as pessoas que estão nos visitando: os líderes religiosos, os pastores, o pessoal da Ceilândia e o pessoal do concurso da polícia. Sejam bem-vindos.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares presentes, primeiro, quero agradecer a oportunidade de estar aqui.

Quero citar uma situação que foi matéria do jornal *Correio Braziliense* da semana passada falando sobre a possível irregularidade de ocupação de algumas igrejas na Ceilândia e de algumas entidades sociais. Quero aqui informar que eu, o Deputado Júlio César e toda a Frente Parlamentar Evangélica aqui estabelecida – a Deputada Celina Leão, o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Rafael Prudente e o Deputado Bispo Renato Andrade – solicitamos uma audiência com o Governador do Distrito Federal, que vai nos receber amanhã na residência oficial em Águas Claras, para tratarmos efetivamente disso e já cobrarmos um cronograma de execução referente à regularização das áreas dos templos religiosos e das entidades sociais aqui no Distrito Federal.

Quero só salientar o seguinte: igreja não faz mal a ninguém, templo religioso não faz mal a ninguém. A única coisa que as igrejas fazem é um trabalho social de recuperação de jovens, de recuperação de famílias, que precisa ser valorizado. Pastor não é bandido. Igreja, nós precisamos, sim, incentivar a sua abertura, porque, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, onde se abre uma igreja, existe uma redução da criminalidade em 70%. Então, nós precisamos, sim, valorizar o trabalho dessas entidades, que não recebem nenhum centavo do governo, que não recebem nenhum tipo de incentivo para realizar as suas atividades.

Quero aqui também dizer que amanhã a nossa bancada estará lá para que todas as entidades sociais, Deputada Luzia de Paula, possam ter os seus terrenos regularizados. Deputado Prof. Reginaldo Veras, esta Casa, com a aprovação da Lei nº 806, em 2009, deu uma sinalização para a regularização das entidades sociais. E não são só as igrejas. Diversas entidades sociais que executam o seu trabalho de recuperação social estão sendo tratadas como bandidos, como pessoas que estão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

tentando saquear o Estado. E, na realidade, nós estamos saqueando os jovens das drogas, jovens que estão nas ruas e recuperando também a sua dignidade.

Quero dizer também que hoje estive com o Secretário de Gestão Administrativa e Desburocratização para cobrar um cronograma de nomeação dos aprovados para a Polícia Civil do Distrito Federal. Eu fiz uma indicação e entreguei-a nas mãos do Secretário-Adjunto – estava presente a Subsecretária de Gestão de Recursos Humanos – para cobrar esse cronograma, porque a Polícia Civil merece ter seu quadro... e a Segurança Pública do Distrito Federal precisa da recomposição desse quadro. Como diz ali numa faixa, desde 1993, existe uma defasagem no quadro da Polícia Civil do Distrito Federal. Não existe pacto pela vida se não existir uma segurança pública bem estruturada. E, para isso, cobro do Governo do Distrito Federal que nomeie imediatamente aqueles que já foram aprovados.

Eu acredito que, com essas duas ações, Sra. Presidente e Deputado Agaciel Maia – V.Exa. foi um dos que lutaram, junto com o Deputado Wasny de Roure, na gestão passada, para tirar a lei de regularização de templos religiosos da inconstitucionalidade –, e nomeando também os agentes da Polícia Civil do Distrito Federal, nós estaremos, sim, executando no Distrito Federal o verdadeiro pacto pela vida, que é recuperar aqueles que estão na desigualdade social, e colocando bandido na cadeia, colocando bandido atrás das grades.

Para finalizar, Sra. Presidente, mais uma vez, quero aqui parabenizar o Deputado Prof. Reginaldo Veras, que recentemente fez uma audiência pública relacionada à questão da unificação dos calendários. Quero aqui parabenizar todas as mulheres pela comemoração do Dia Internacional das Mulheres, no último domingo. Eu sempre digo: mulher não precisa de dia, porque o seu dia é todos os dias.

Que Deus abençoe vocês. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, inicialmente eu gostaria de fazer uma solicitação. Nós precisamos votar um crédito, Deputado Chico Leite, que é condição para que se acabe a greve dos ônibus. Nós precisamos votá-lo hoje ainda. Tem que ser votado na CEOF e na CCJ. V.Exa. conhece isso muito bem. É muito importante que votemos esse crédito o mais rápido possível, para que possa terminar a greve dos ônibus. Já é um sacrifício muito grande andar de ônibus em Brasília. Quando não há ônibus de jeito nenhum, só quem é penalizado é a população.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Quero dizer a vocês que estão defendendo a permanência das igrejas, dos templos que existem aqui vários Deputados muito mais credenciados do que o Deputado Agaciel Maia. Mas, como o Deputado Agaciel Maia nunca tem medo de falar quando o interesse é da população... Fui o primeiro a vir a esta tribuna defender que não houvesse derrubadas.

Deputado Wasny de Roure, há muitas coisas com que o governo precisa se preocupar. Temos um alto índice de uso de drogas. Temos que nos preocupar com uma política antidrogas. Temos que nos preocupar com o aumento da marginalidade. Temos a necessidade de trazer empresas para Brasília, a fim de gerar emprego e renda para as pessoas. Se eu for relacionar aqui todos os problemas que a nossa cidade tem... As igrejas não estão incluídas em nenhum deles.

Não faz sentido o governo utilizar, Deputado Chico Vigilante – V.Exa. conhece isto muito bem – a sua mão de obra, os seus esforços, para derrubar igrejas. E, no meu pronunciamento aqui, eu disse que derrubar igrejas dá um azar danado! Nunca deu sorte.

Uma forma de amenizar isso, Deputado Chico Vigilante, seria assinarmos uma emenda, uma moção ou uma indicação ao governo, relacionando todas essas igrejas que estão passíveis de derrubadas, e pedirmos que se inclua a regularização delas na Luos. Seria uma medida inteligente e uma maneira de darmos uma satisfação, dizendo: não, isso aqui está em processo de regularização. A Câmara Legislativa já sugeriu isso. Portanto, temos que aguardar a votação da Luos.

Essa é uma alternativa para que o governo saia dessa sinuca de bico de dizer: é ilegal, portanto, temos que derrubar. A partir do momento em que há uma proposição legislativa de regularização, o governo precisa esperar essa regularização antes de tomar qualquer decisão.

Esse é um dos assuntos, Deputado Chico Leite, que eu queria abordar.

O segundo é o problema da contratação dos policiais civis. Eu e V.Exa., que estamos há tanto tempo em Brasília, sabemos que temos hoje o mesmo quadro de policiais civis de praticamente há vinte anos. Só que a população saltou de um milhão e meio para três milhões de pessoas, sem considerar o Entorno. Se considerarmos o Entorno, a região metropolitana de Brasília, teremos quatro milhões e meio. Só perdemos para o Rio de Janeiro e São Paulo. Somos a terceira maior cidade do Brasil e com o mesmo número de policiais. Há ainda um agravante, Deputado Ricardo Vale: quantos tipos de crimes de internet e outros mais surgiram? Esses policiais que existem, em número pequeno, são deslocados para combater vários crimes que surgiram nesses últimos vinte anos.

Eu, o Deputado Wasny de Roure e vários outros Deputados estivemos com o Governador Agnelo duas ou três vezes, no ano passado, e atendemos a todas as formalidades para que o projeto fosse colocado na LDO, que é um pré-requisito, para que os policiais civis fossem contratados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Então, vários compromissos foram firmados pelo governo, diante de mais de uma dúzia de Deputados, de que esse problema seria resolvido. Não se trata de um problema do governo nem dos concursados. É um problema da população.

Sabemos que entramos no processo político, nas eleições. Depois, nesse problema da crise financeira, que atrapalhou várias demandas ao Governador Agnelo, está na hora de o Governador Rodrigo Rollemberg, que está propondo uma série de soluções, buscar o aumento da receita para sanear o problema de pagamento de servidores e fornecedores, abrir um espaço fundamental, que é a nossa segurança.

O Deputado Rodrigo Delmasso falou muito bem: vamos fazer um cronograma! Não precisa contratar todos de uma vez, mas todos têm de saber o dia em que vão ser contratados. Afinal de contas, muitos deles pediram demissão para poder estudar, Deputado Rodrigo Delmasso. Eu conheço isso. Sou servidor público. Estou Deputado, mas sou servidor público. Muitos pediram demissão do emprego que tinham para se dedicar aos estudos e passar nesse concurso. O governo precisa resolver essa questão.

Esses meninos e meninas estão há praticamente oito meses penando, quase todos os dias, na frente do Buriti, aqui na Câmara Legislativa, de gabinete de segurança em gabinete de segurança – e foram muitos que passaram por aí. Sempre que mudavam, eles iam, e todos eles assumiam o compromisso de resolver essa situação.

Deputado Wasny de Roure, V.Exa. foi um grande Presidente desta Casa, competente, que várias vezes também foi ao Palácio do Buriti pedir uma solução.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, V.Exa. tem a experiência de servidor do Senado Federal e sabe como são as tratativas no Governo Federal.

A questão do concurso da Polícia Civil já está autorizada. Na realidade, o governo... Inclusive, no que diz respeito ao concurso de delegado, já há edital etc. Entretanto, os agentes e escrivães são partes desse processo.

O diretor da Polícia Civil havia proposto ao governo uma contratação, que é prevista com os recursos do Fundo Constitucional, em dez parcelas, de 59 servidores por mês, o que fecharia, em dez meses, os 590. Sinto que o Governo do Distrito Federal está tentando regularizar toda essa situação de servidores públicos e tem penado bastante.

Eu gostaria de sugerir, até pela influência do senhor como presidente de uma comissão importante na Casa, uma conversa com o Secretário de Relações do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Trabalho, no Ministério do Planejamento, para pedirmos o apoio dele. Ele é uma peça fundamental nessas tratativas orçamentárias do Fundo Constitucional. Esse assunto passou por ele. Que possamos dar lastro a esse debate, no sentido de sensibilizar o Governo do Distrito Federal em estabelecer um programa de convocação de concursados!

O governo precisa; a sociedade precisa; são servidores preparados e competentes. Seria um ato de sensibilização junto ao Ministério do Planejamento, que controla, via Congresso Nacional, a ampliação nos quadros das polícias civil e militar e dos bombeiros do Distrito Federal.

Obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure e o incorporo ao meu pronunciamento. V.Exa., Deputado Wasny de Roure, é um dos professores de todos os Deputados aqui.

Que possamos constituir uma comissão e ir à Secretaria de Planejamento! Podíamos pedir a ajuda dos Deputados Federais de Brasília e dos Senadores, já que Deputado Federal e Senador têm mais força, junto ao Ministério do Planejamento, do que nós.

Tenho estas duas sugestões hoje: fazer esse levantamento, fazer uma proposição legislativa para regularizar esse problema das igrejas; o outro é fazer essa comissão para correr atrás da nomeação desses servidores concursados da Polícia.

Para concluir, Deputado Lira, quero dizer que o Deputado Agaciel Maia é mais como uma centelha. No nordeste, a gente chama “um espoleta”, porque aí você toca fogo num determinado assunto, como foi o negócio das igrejas, quando eu falei aqui por primeiro, e depois vem todo mundo e começa a correr atrás, a exemplo também dos policiais civis, que precisam dessa regularização.

Quero agradecer à Deputada Celina Leão, nossa Presidente. E parabênzo também a Deputada Telma Rufino pelo brilhante trabalho que tem feito, principalmente, em defesa da regularização fundiária de Brasília.

Deputado Chico Vigilante, eu agradeço a gentileza da Deputada Celina Leão e desejo a todos uma boa tarde. (Palmas.)

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria que fosse incluído como item extrapauta o Requerimento nº 232, de 2015, que requer realização de audiência pública no dia 11 de março, amanhã, no Plenário desta Casa para debater e divulgar o primeiro plano distrital de políticas para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

mulheres. Várias mulheres já estão convidadas, e a nossa intenção é exatamente divulgar esse plano para as mulheres.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Lira.

Acato o requerimento de V.Exa. Iremos votá-lo quando fizermos a votação em bloco.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidenta, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nós debatemos fundamentalmente dois temas com os Deputados Rodrigo Delmasso e Agaciel Maia e foram sugeridos encaminhamentos para que possamos transformar isso num gesto de todo o Poder Legislativo, claro com o protagonismo desses colegas e do Deputado Wasny de Roure. Em relação aos concursados, a abertura de diálogo com a Secretaria de Relações do Trabalho. Eu acho que é necessário, Deputado Agaciel Maia e Deputado Wasny de Roure, que V.Exas., juntamente com o Deputado Rodrigo Delmasso, já capitaneassem esse processo e pedissem audiência. E eu acho que é importante que tomemos logo essa frente com quem do plano federal queira contar conosco e nos ajudar.

Em relação aos templos, acho que é preciso a Terracap retomar o protagonismo da história para fazer esse debate efetivo daquilo que pode, do que não pode, daquilo que pode ser construído e edificado para darmos segurança às pessoas que pregam a palavra de Deus. Nós temos feito isso em relação a todos os planos.

Então, eu quero sugerir também, Deputado Rodrigo Delmasso – e V.Exa. pode contar comigo – e Deputado Wasny de Roure, que tem também protagonizado esta causa: pedir uma audiência na Terracap e ver se ela pode retomar a direção desse processo. Caso a Sra. Presidente assim permita, eu acho que essas medidas podem viabilizar o processo. O Legislativo é importante e precisa mostrar o quanto é importante para a sociedade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Leite.

Apenas para informar a V.Exa., o Governador estará recebendo uma comissão para tratar a respeito dos templos amanhã, capitaneada pelos Deputados Rodrigo Delmasso e Bispo Renato Andrade. O Deputado Júlio César também está fazendo uma articulação junto ao Governo para tentar resolver a questão da nomeação da Polícia Civil.

Então, estamos trabalhando no sentido de fazer esses encaminhamentos.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer uma saudação aos religiosos, pastores e pastoras que estão aqui na tarde de hoje, inclusive ao meu amigo Rogério, que, além de vigilante, é um homem de Deus. Quero saudar os policiais civis que estão lutando há tanto tempo para trabalhar, e é bom que se diga que, tanto na área da Educação, no caso dos professores, quanto na área da Saúde, no caso dos médicos, e na área de Segurança, o efetivo não vai ser aumentado em uma pessoa. Vocês, na verdade, vão cobrir a falta que já existe hoje devido aos profissionais que se aposentaram.

Dito isso, tenho ouvido muito o burburinho dos tucanos, Deputado Chico Leite. Na verdade, o tucano é um pássaro que não canta, voa baixo, faz um barulho e muita sujeira. Quem conhece um ninho tucano sabe disso. E aí resolvi fazer um levantamento dos escândalos que ocorreram durante o governo dos tucanos. Começo com *A Privatária Tucana*, livro do conceituado jornalista Amaury Ribeiro Júnior, que registra documentos que dão conta de que, na época da privatização realizada no Governo Fernando Henrique, foram desviados 124 bilhões de reais.

Mas eu consegui dados – e há muita gente que não se lembra disto, Deputado Dr. Michel – sobre a questão do pagamento de reeleição: foram 200 mil reais por Deputado. Dois Deputados do Acre resolveram denunciar, e os outros? Portanto, a reeleição no Brasil foi fruto de uma fraude, foi comprada.

Eu prossegui. Houve o caso da pasta cor-de-rosa, de que quase ninguém se lembra mais. Foi em 1995, quando servidores do Banco Central que trabalhavam em auditoria no Banco Econômico encontraram um dossiê com documentos sobre recursos desviados para políticos. Aí, Deputado Wasny, foram mais 5 bilhões de reais.

Mas fui em frente. O caso SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia, e muita gente não se lembra dele, foi o primeiro grande escândalo de corrupção do Governo Fernando Henrique, também estourado em 1995: 1 bilhão e 400 milhões.

Os Bancos Marka e FonteCindam – isto ocorreu durante a desvalorização do real, em janeiro de 1999 – foram graciosamente socorridos pelo Banco Central com 1 bilhão e 600 milhões.

Mas fui em frente. Houve o calote eleitoral dado pelo Fernando Henrique, que, durante a campanha sustentava que o real era uma moeda estável e ia continuar valendo um dólar. Em seguida, fez a maior desvalorização da história da nossa moeda, dando um calote em todos os brasileiros.

Mas ainda temos o caso do DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que nem existe mais, agora é o DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, que foi o principal foco de corrupção no Governo FHC. Aconteceram vários casos de corrupção, a máfia dos precatórios, que indicou o desvio de 123 milhões.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Passei pelo grampo telefônico que foi montado, que foi mais um desvio. Cheguei ao PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, que foi o socorro aos bancos, que deu mais 20 bilhões. Documentos do FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, que era a ideia de equipar as escolas de ensino médio com 299 mil computadores, transformaram-se também em um escândalo gigantesco. Houve mais o esquema do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, Deputado Chico Leite. No esquema do FAT, a Fundação Teotônio Vilela, que é do PSDB, desviou 4 milhões e 400 mil reais. Houve intervenção na Previ. Portanto, juntando tudo da era tucana, foram 147 bilhões de desvio. A diferença é que, naquele tempo, não se investigava nada. Se um delegado da Polícia Federal ousasse fazer uma investigação, era transferido para o Acre.

Todo mundo se lembra aqui de quando o Presidente do Banco Central era o Chico Lopes. Sabe, Deputado Chico Leite, até lamento o fato de que o cabra tinha nosso nome – Chico Vigilante, Chico Leite. O Chico Lopes sujou o nome dos Chicos, porque foram encontrados, num apartamento dele no Rio de Janeiro, 200 mil dólares. Ele era presidente do Banco Central. Até hoje, ninguém sabe a origem dos dólares. E o delegado que fez a apreensão dos dólares, o que aconteceu com ele? Foi mandado para Cruzeiro do Sul, no Acre.

Portanto, a diferença é que no Governo Lula e no governo da Presidenta Dilma há gente fazendo o malfeito que já fazia há muito tempo, porque o roubo na Petrobras começou no governo Fernando Henrique Cardoso – foi ali que começou. Mas agora há punição, há investigação, e os malandros, os larápios são punidos.

Foi no governo do Presidente Lula que governador foi algemado, foi preso; foi no governo do Presidente Lula que senador foi preso; foi no governo do Presidente Lula que senador perdeu o mandato; que deputado federal foi punido. Até então, políticos, neste País, parece que viviam numa cidadela, inalcançáveis pela lei. Agora a lei vale para todos.

Eu quero dizer que, se há uma coisa que tucano não tem moral para fazer é pregar moralidade, porque a prática deles sempre foi amoral. Logo, tucano não tem nenhuma autoridade para falar qualquer coisa com relação a malandragem, a investigação de malandragem. Nós do PT temos, porque damos o exemplo, cortamos na própria carne, investigamos e punimos.

E hoje, quando ficam pregando – na verdade, querem um terceiro turno – a derrubada de uma presidenta eleita pela maioria do povo brasileiro, querem o quê? Desestabilizar o País. Querem que seja dado a eles o que eles não tiveram: discurso e prática para ganharem as eleições.

Há alguns celerados, como esse senador do PSDB de São Paulo, Aloysio Nunes. É um verdadeiro celerado, mais parece um chefe de gangue que fica chamando para a disputa de gangues na rua. Isso tem que ser repudiado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

O tal do pannelo: eu achei interessante, hoje, o serviço excepcional que o *Correio Braziliense* prestou. Ele buscou pessoas para saber sobre isso, e você verifica lá: todas muito bem situadas, certamente pessoas que perderam privilégios e que estão contra, hoje, Deputado Chico Leite, o fato de ter sido preciso ampliar aeroportos, porque pobre hoje anda de avião, aumentar os restaurantes, porque pobre hoje come. Pegamos o governo com 3.500 vagas na universidade; hoje, há 8 milhões de jovens cursando as universidades. Acabamos com a proibição que havia de os Estados e a União investirem nas escolas técnicas federais. Hoje, estão aí os centros, está aí o IFB – Instituto Federal de Educação, exemplo para todos nós. Todas as cidades que têm um querem mais. Na Ceilândia, estamos concluindo um e queremos mais. Há um na parte sul, perto da Universidade de Brasília, e queremos um na parte norte. Há o de Taguatinga, que fica na M Norte. Nós o queremos em todas as cidades do Distrito Federal. Já há no Gama, em Samambaia. É um exemplo de ensino técnico superior.

Este é o governo ao qual tenho orgulho de pertencer, e este é o governo que anda de cabeça erguida e que não aceita reprimenda de nenhum tucano, porque os tucanos fizeram muita sujeira e continuam fazendo nos Estados que administram. Eu tenho aqui uma lista para, depois, falar das malandragens de Minas Gerais, do Paraná e de São Paulo, uma lista mais extensa ainda.

Obrigado a todas e a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra, pela Liderança do Governo, pois ainda não fez o comunicado oficialmente, ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, todos os presentes, eu quero saudar os feirantes da Ceilândia que estão aqui acompanhando a nossa sessão e quero saudar os futuros policiais do Distrito Federal. (Palmas.)

Quando decidi utilizar a palavra, desta tribuna, pela última vez na condição de Líder, foi para fazer agradecimentos e um breve histórico, Sra. Presidente.

Ao ser convidado pelo Governador Rodrigo Rollemberg para exercer a Liderança do Governo, prontamente aceitei o convite, convicto de que eu poderia contribuir de alguma forma para uma travessia que já se prenunciava difícil e desafiadora. Difícil e desafiadora pelo quadro caótico que o último governo deixou para o Distrito Federal. Mas, aqui chegando, conseguimos amenizar a nossa função, o nosso múnus, com a colaboração e a compreensão de todos os 23 Parlamentares restantes que compõem esta Casa – acima de qualquer questão de natureza ideológica ou partidária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Então, eu quero aqui deixar registrado, primeiramente, o meu agradecimento ao Governador Rodrigo Rollemberg pela confiança que depositou na nossa pessoa ao longo desse tempo. E quero agradecer a compreensão, o carinho e a elegância que sempre recebi de todos os Parlamentares aqui presentes.

Mas um dever de consciência me impelia a abrir mão desta Liderança do Governo, a entregá-la, que é o dever de continuar servindo ao Distrito Federal. E eu tenho certeza de que, quando optei por me engajar plenamente por um Brasil limpo, nós, certamente, teríamos algum mal-estar estando na Liderança do Governo. Mas eu tinha que fazer uma escolha – e a vida é feita delas. Entre permanecer na Liderança do Governo, com as limitações que são próprias deste cargo, e ir para as ruas exigir que este País seja passado a limpo, eu optei pela segunda alternativa.

É necessário que as pessoas que têm responsabilidades neste País parem de querer virar as costas para o que está acontecendo na Esplanada dos Ministérios. Meus amigos, todas as unidades da Federação, todos os olhos estão voltados para a Esplanada. Brasília também está voltada para a Esplanada, por mais que alguns insistam em não ver o que está acontecendo, por mais que alguns insistam em não reconhecer que o País vive uma crise de moralidade patrocinada pelo Governo Federal há muito tempo – não é de hoje.

Eu fico muito feliz quando vejo o Líder do PT chegar aqui, ocupar a tribuna e relembra fatos lá de trás, de treze anos atrás, quando é mais fácil relembra os fatos que estão acontecendo agora.

Não sou eu que estou dizendo que existe roubalheira na Petrobrás, não. É todo mundo que está falando. Não sou eu que estou dizendo que existe uma quadrilha que foi colocada dentro da Petrobrás para saquear aquele órgão. Não sou eu, não. Quem está dizendo é o Ministério Público Federal, é a Polícia Federal, é o juiz Sérgio Moro. São todas essas pessoas que dizem que um ex-Presidente colocou lá um sujeito para assaltar a Petrobrás. E esse mesmo sujeito permaneceu no governo da sua sucessora.

Então, é importante que nós tenhamos consciência da dimensão deste momento. Este momento não é para brincadeiras, este momento não é para provocações. Este momento é para ajudar nosso País a resgatar a sua dignidade, que está jogada na lama por maus governantes.

Mas o que nos preocupa, meus amigos, é que a Procuradoria-Geral da República lista 54 nomes, Deputado Chico Vigilante, Deputado Chico Leite, para serem investigados. Em que pese o apreço que costumeiramente devoto às manifestações do Ministério Público, ousou discordar! Não é para investigar, porque muitos membros do Ministério Público já investigaram e apontaram uma série de condutas criminosas, ainda assim, a Procuradoria-Geral da República entendeu que deveria continuar as investigações. Acato e respeito, como operador do direito que sou. Agora, o Procurador-Geral da República disse na sua intervenção que lhe falece



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

competência para investigar a atual Presidente da República, apesar de dois participantes da quadrilha, ora vestidos de delatores, terem dito que tanto a atual Presidente da República quanto o ex-Presidente da República sabiam de tudo o que acontecia na Petrobras. Está nos depoimentos. Eles disseram isso! Mas ainda assim o Procurador-Geral da República entendeu que, por dispositivo constitucional, por força de um artigo da Constituição, ele, na condição de Procurador, não poderia investigar a Presidente. Se ele não pode investigar a Presidente, é porque tem algo a ser investigado. E, se ele não pode, há alguém que pode, e esse alguém é o Congresso Nacional. E o Congresso Nacional só o fará se for levado pela nação, se for levado pela população do Distrito Federal, pela população do nosso País, que não aguenta mais tanta bandalheira, que não aguenta mais assistir ao *Jornal Nacional* e descobrir que 10 bilhões de reais foram roubados por essa quadrilha só na Operação Lavajato!

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V. Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V. Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, estou ouvindo V.Exa. com atenção. Inicialmente quero registrar o meu respeito pelo trabalho que V.Exa. exerceu na condição de Líder. Naturalmente V.Exa. vai continuar exercendo sua influência pela sua competência, desenvoltura e pelo seu próprio discurso e compromisso com Brasília.

Permita-me discordar de V.Exa. porque, em primeiro lugar, o episódio da Petrobras não é um episódio recente. Não é recente! Nenhum líder político deste País pode dizer que todas as coisas aconteceram a partir de 2003 no País. A segunda coisa a ser observada é que, se houve investigações com identificações – que, inclusive, encontram-se em curso –, foi pelo pleno funcionamento das instituições públicas, sobretudo da Polícia Federal, e depois dado os devidos desdobramentos no âmbito judicial.

Então, isso é o mais importante para o País neste instante, Deputado, quando as suas instituições têm autonomia, altivez, soberania para exercer a plenitude do seu trabalho. Quiçá o Ministério Público, em tempos passados, pudesse ter tido essa altivez, a qual não teve. Tivemos um período em que havia um engavetador, que era o famoso procurador do próprio Ministério Público. Imagine V.Exa. um Procurador-Geral da Ministério Público receber esse apelido de engavetador! Felizmente, nós estamos vivendo em outra era, em outro momento.

Eu quero dizer para V.Exa. que estou estarecido. E, se os cinquenta e poucos nomes não são suficientes, o desdobramento das investigações vai apontar para isso. Eu acredito que os mesmos que identificaram são os mesmos que continuam trabalhando para que se aprofunde o processo. Para mim, só de chegar a colocar para serem investigados os presidentes do Senado e da Câmara, é algo que nos preocupa profundamente, porque são duas grandes instituições que representam os pilares da democracia em nosso País.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Então, temos de, neste momento, cuidar, estar atentos, e não termos atitudes revanchistas, porque hoje, ao mesmo tempo que isso é uma preocupação, temos um movimento que está em curso na sociedade patrocinado por um nicho de fascistas. Não há a menor dúvida disso! A própria imprensa reconhece! E o grande medo é isso ser utilizado para essa finalidade. Então, as figuras que têm compromisso com a democracia devem ter noção de onde começa para saber onde irá terminar. Caso contrário, podemos prejudicar um projeto muito maior de uma sociedade e de um povo em detrimento de uma disputa política que ainda não terminou. É muito importante estarmos bastante atentos a esse processo.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Deputado Wasny de Roure, recebo com muito respeito a manifestação de V.Exa. Não obstante, discordo em alguns pontos.

Dando continuidade, eu gostaria de dizer que não sou eu que disse isso, foi o Sr. Paulo Roberto Costa, colocado pelo ex-Presidente Lula, que disse nos seus depoimentos que ele entrou lá para organizar e sistematizar o roubo na Petrobras. Claro, estou usando outras palavras.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Não, mais do que um servidor! Ele não foi um servidor da Petrobras, ele foi um serviçal daqueles que o colaram lá para saquear os cofres da Petrobras. Fato esse confessado por ele próprio. Não sou eu que estou dizendo, foi ele que confessou, assim como o doleiro Alberto Youssef.

O ponto central que estou querendo colocar, Deputado Wasny de Roure, na verdade, não é esse. É o seguinte: quando o Procurador-Geral diz que lhe falece competência para investigar a Presidente da República, temos um órgão capaz de fazer essa investigação, e ele chama-se Congresso Nacional. Aliás, dentro deste plenário, vejo alguns que saíram às ruas em 1992 pedindo o *impeachment* do Collor. Nós não estamos aqui querendo que seja decretado imediatamente o impedimento da atual Presidente da República, o que queremos é que se use o remédio legal, chamado processo de *impeachment*, para investigar. A partir dessa investigação, se for percebido que ela utiliza o cargo para interferir, deve ser afastada. É um dos incidentes que podem acontecer no processo, mas é perfeitamente legal, ao contrário do que vem sendo dito por algumas pessoas respeitáveis e por algumas outras que se travestem da condição de jornalistas para alugar sua pena em troca de dinheiro dos órgãos públicos, inclusive da Petrobras. Há um que recebe, e todo mundo conhece, basta somarmos dois, mais quatro, mais sete.

Agora, quero dizer que é chegado o momento de termos responsabilidade. Parece-me que o ex-Presidente da República não se conscientizou disso. Ele continua tentando fazer palanque quando incita a violência dizendo que vai trazer um exército clandestino e de mercenários para as ruas a fim de combater aqueles que se indignam com tanta corrupção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Senhoras e senhores, o País não aguenta mais tanta corrupção e, o pior, tanta impunidade. Quando se diz que os órgãos, as instituições estão funcionando, não é porque a Chefe do Poder Executivo lhes outorga esse poder, não. Estão funcionando porque esse poder deriva da lei, maior que qualquer governo, que é circunstancial. Eu acho extremamente grave se dizer que antes o Ministério Público atendia aos interesses de Governo. Ministério Público sempre teve altivez. Aliás, esta Casa tem um representante do Ministério Público, o Deputado Chico Leite. Nós temos que lembrar que este País está sendo assolado, está sendo vilipendiado. Não sou eu que digo, não! Quando julgou o mensalão do PT, em 2003, o Supremo Tribunal Federal, o Ministro Celso de Mello disse assim: “Esses meliantes profanaram a República”. Não fui eu, não, quem disse isso! Foi o Ministro Celso de Mello, insuspeito, uma pessoa que nunca demonstrou qualquer tipo de preferência partidária. E foi efetivamente o que aconteceu.

Quando o Deputado Chico Vigilante, em nome da Liderança do PT, vem dizer que outras pessoas não têm moral para falar, nós temos, sim! Sabe por quê? Aqui não estou falando em nome de partido, não! Eu estou falando em meu nome pessoal. Eu exijo, sim, Deputado Wasny de Roure, que esse País seja passado a limpo. Eu repudio ladrões – que estão aí assaltando os cofres da Petrobras. E vou dizer mais. Aquela insanidade praticada pelo ex-Presidente da República, de anunciar que tem um exército clandestino e de mercenários, não vai intimidar o povo brasileiro. O povo brasileiro, no domingo, ao ouvir a Presidente Dilma espontaneamente protestou usando o panelaço. Hoje a Presidente Dilma estava em uma solenidade e lá também o povo protestou. E, no dia 15, nós vamos estar também. E nós vamos estar na porta do Congresso Nacional não é para fazer qualquer golpe, não! Nós vamos estar para exigir que sejam apurados todos, sem exceção. E, quando o doleiro Alberto Youssef e o Paulo Roberto Costa, que foi colocado na Petrobras em 2004 para roubar aquela empresa, dizem – aí já na condição de delatores, de colaboradores da Justiça – que a Presidente Dilma sabia e que o Presidente Lula sabia, isso é uma denúncia muito grave. A própria Presidente deveria ter interesse na investigação. Ela deveria ter esse interesse para provar que não tem nenhum tipo de participação naquela situação.

Então, eu quero dizer aos senhores e senhoras que, no dia 15 de março, às nove e meia, nós estaremos sim. Não vamos nos deixar intimidar por uma insanidade do ex-Presidente Lula. Nós não vamos nos deixar intimidar pelas lembranças de cadáveres insepultos de prefeitos, não! Pelo assassinato de reputações também não! Pela ação deletéria de meliantes travestidos de militantes? Nada disso vai nos intimidar, porque nós temos hoje um sentimento muito maior. Um sentimento de que esse País precisa ser resgatado. Ele tem que ser tirado do mar de corrupção a que ele foi levado nos últimos 12 anos.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa., membro do Ministério Público.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, permita-me esse aparte. Ele tem o objetivo primeiro de registrar o carinho e a admiração que tenho por V.Exa., nossa amizade, nossos debates no âmbito do direito, e lamentar a sua – eu estimo que apenas temporária – saída da Liderança, porque V.Exa. tem credibilidade, leva credibilidade ao cargo. Ultimamente o que nós temos visto é que são as pessoas que dão credibilidade aos cargos, de maneira que eu quero lamentar a sua saída, que estimo que seja temporária. Quero também registrar que V.Exa. sai para cumprir uma tarefa muito natural. Posso não concordar com ela, mas, em uma democracia, em um estado de direito, em uma república, o fundamental é que todos possam se manifestar, todos possam se colocar de acordo com o que acreditam. Não é? Então, mesmo que não concorde, ainda assim quero irmanar-me com V.Exa. pela prioridade que V.Exa. dá aos propósitos, sob fundamentos em que acredita.

Quero fazer uma terceira observação, pois é uma oportunidade de me manifestar sobre um tema nacional – se V.Exa. me permite –, que é esse tema do impedimento, do apregoado impedimento da Presidenta da República. Uma Casa como a nossa evidentemente não pode fugir a esse debate.

Deputado Raimundo Ribeiro, eu, com a mesma coerência relação/razões/conclusão com que me coloquei a favor do *impeachment* do ex-Presidente Collor, e com a mesma coerência/razões/conclusão com que me coloquei contrariamente ao *impeachment* do Presidente Fernando Henrique, ao chamado movimento Fora Fernando Henrique, eu hoje quero manifestar a V.Exa. que sou terminantemente contrário ao *impeachment* da Presidenta Dilma, e vou dizer a V.Exa. os motivos.

Eu já tive oportunidade nesta Casa de defender Parlamentares, um Parlamentar, especificamente, que era meu adversário aqui no embate de ideias e que estava sofrendo com uma articulação, um debate meramente de relação de poder. Eu lembro que àquela ocasião o ex-Deputado Paulo Tadeu, hoje Conselheiro, então Deputado, alertou-me e eu pude passar a defender esse Deputado – aliás, com quem eu mantive uma relação de abismo pelas contrariedades ideológicas.

Muitas vezes em minha vida já me coloquei também favoravelmente a isso. Fui relator do *impeachment* de um Governador – V.Exa. se lembra –, coloquei-me favoravelmente à cassação de colegas Parlamentares, nunca escondi o voto. Ao contrário, acho que quem exerce um mandato precisa prestar contas ao seu eleitor, aos seus colegas, às pessoas com quem convive e precisa ser julgado por isso. Não pode temer. Se teme, não tem moral para representar ninguém.

Então, com essa mesma coerência, eu preciso dizer a V.Exa. que tenho uma compreensão de que o impedimento, o processo de *impeachment* não pode ser



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

utilizado como palanque ou disputa de poder. O processo de *impeachment* é um processo iniciado e aprofundado pelos ingleses que precisa ter como fundamento um dado probatório que leve à acusação da autoridade. Portanto, primeiro há o recebimento da denúncia, e, depois, uma consolidação probatória capaz de levar à condenação, porque aquele foro é político, mas eu tenho em debates defendido que os foros políticos não excluem a necessidade de provas – não apenas de ilações, de comentários, não apenas de julgamentos políticos do ponto de vista do caminho de política pública do que se aprova ou se reprova.

Deputado Raimundo Ribeiro, nós temos um compromisso antes com a República e com o Estado de Direito, que, com a visão ideológica, pode nos levar a um processo de quebra da estabilidade, o que será muito ruim para as intuições. Elege-se um Governo, seja qual for ele – eu dizia isso quando muitos companheiros e companheiras defendiam o *impeachment* do Presidente Fernando Henrique, eu fazia esse mesmo debate, eu me lembro bem –, e isso pode levar a que nós tenhamos muitos turnos em uma eleição. A par das pessoas que assim acreditam, que veem com prosperidade a ideia de tirar uma Presidenta da República em razão de compreender que há descaminhos, outros podem levar o debate para o campo de uma eleição, uma eleição abstrata, na qual não se sabe quem está em contraponto, quais são os lados que colidem. Isso é muito ruim para o estado de direito e para a democracia, seja qual for o governo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Faço-lhe o pedido, Deputado Chico Leite, de agilizar o processo da fala, porque estamos chegando a quase 25 minutos desse debate.

DEPUTADO CHICO LEITE – Pois não, Sra. Presidenta. Vou concluir.

Minha impressão é: se houvesse, como no caso do ex-Presidente Collor, um dado probatório capaz de levar à ligação da Presidenta Dilma com o fato, pois não tenham dúvida de que o processo de corrupção é cultural, está lamentavelmente institucionalizado e precisa ser combatido por nós no dia a dia e nos nossos canais institucionais. Em razão de ser cultural, há isso em todos os governos, Deputado Raimundo Ribeiro. Mas para que se acuse alguém é preciso que haja um dado probatório necessário, de ligação da pessoa com o fato, sob pena de quebrarmos regras próprias do estado de direito.

Lembro que à época do Presidente Fernando Henrique, eu dizia: sou contrário a essa venda do estado brasileiro desenfreada, e tenho prenúncios de que há irregularidades. Precisamos processar quem está à frente. Eu dizia àquela ocasião: nós temos a clareza de que a forma de governar tem excluído brasileiros e brasileiras, essa forma de governar tem reproduzido entre nós o consenso de Washington, que levou à quebradeira inúmeros estados no mundo todo. Mas eu dizia: só é possível pedir o impedimento do Presidente Fernando Henrique se houver



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

dado probatório. Caso contrário, isso vai se tornar um palanque, uma mera disputa de poder e vai levar o País a uma instabilidade institucional.

A mesma coisa tenho dito acerca do proposto ou pretendo pedido de impedimento da Presidenta Dilma. Não é porque eu seja do PT, não é porque concordo ideologicamente com os caminhos, mas porque compreendo que se nós fizermos disso um capricho, uma forma de contestar o modelo político, vamos levar evidentemente à fragilização do estado brasileiro com suas grandes pirâmides institucionais. Isso nós não podemos pregar.

Deputado Raimundo Ribeiro, permita-me fazer esse adendo ao seu pronunciamento.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Raimundo Ribeiro, hoje nós tivemos uma tolerância maior porque V.Exa. está deixando o cargo da liderança.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Obrigado, Sra. Presidente. Eu acolho com muita satisfação a manifestação do Deputado Chico Leite.

Para finalizar, eu gostaria de dizer, em cima do que foi colocado pelo Deputado Chico Leite, que o que tira a estabilidade – e já tirou – é a falta de credibilidade de um governo decorrente do fato de, por omissão ou por ação, permitir que se patrocine esta roubalheira que está acontecendo no País. Isso é que tira a estabilidade institucional de um país.

Não estamos dizendo que a Presidente atual deva sofrer uma cassação. O que nós estamos apontando é que existe um caminho legal dentro do Congresso Nacional, com base na Lei nº 1.079, que permite que as investigações sejam feitas, inclusive porque são duas pessoas que se revestem da maior importância. Todos dois eram participantes do esquema de roubalheira que estava na Petrobrás. Então, sabem do que estão falando.

Segundo: são obrigados a falar a verdade para poder usufruir dos benefícios da colaboração premiada. Nós sabemos disso, somos operadores do Direito e sabemos que eles não seriam loucos de mentir para perderem os benefícios da delação premiada.

Quero finalizar agradecendo à Presidente Celina Leão pela sua paciência, parabenizando o Deputado Júlio César – que será o indicado como Líder do Governo – e convidando todas as pessoas de bem deste País, que querem realmente que tudo seja investigado, para dia 15, às 9h30min da manhã, estarmos todos juntos no Congresso Nacional por um Brasil mais limpo, sério e decente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, eu queria falar como Líder do PMDB, PTB e PP. V.Exa. permite?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Permito, Deputado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço que seja lido e colocado em votação como item extrapauta um requerimento de minha autoria e do Prof. Reginaldo Veras, e seja incluído também como item extrapauta outro requerimento que já foi lido.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito a leitura do requerimento que não foi lido e solicito a inclusão do requerimento que já foi lido para votação em conjunto.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, não sei se é o momento oportuno para incluir nos itens extrapauta os requerimentos e moções que estão na Ordem do Dia, para que possamos aprová-los ainda hoje, em bloco, proporcionando o esvaziamento da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado, vou analisar o pedido de V.Exa.

DEPUTADO JUAREZÃO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JUAREZÃO (PRTB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria acrescentar o requerimento constante do item nº 113.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato o pedido de V.Exa. e o coloco em votação junto com os outros requerimentos.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel, último inscrito nos Comunicados de Líderes.

DEPUTADO DR. MICHEL (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Mesa, muito obrigado pela oportunidade. Meus Pares, pessoal da galeria, eu não poderia deixar de falar.

Ouvi esse debate com muito entusiasmo. Eu não entendo muito disso, mas queria que ficasse registrado na minha fala que ladrão é ladrão em qualquer lugar,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

independe do tempo. Se é de 1990 ou se é de 2000, eu acho que esse debate é até inócuo neste momento. Eu aprendi que, mesmo que tenha prescrito qualquer tipo de roubo, independe se é agora, se é antes ou depois, ladrão tem que ir pra cadeia.

Acredito que a discussão do meu grande Deputado Chico Vigilante e do Deputado Raimundo Ribeiro converge para um só caminho. O português é danado, a gente fala a mesma coisa com palavras diferentes, mas na realidade o que os dois estavam querendo dizer aqui é o seguinte: independentemente se é do PSDB ou do PT, se é ladrão tem que ir pra cadeia. Eu acho que faltou falar só isso aqui, e aí fechava com chave de ouro.

Se pegar lá atrás, ou aqui, e bater no liquidificador, não dá meio copo o que estão falando. Para mim, é tudo ladrão. Resolve-se o problema mudando as leis e mandando todo mundo para a cadeia.

É lógico, eu não tenho a capacidade de falar igual ao causídico e conhecedor da lei, promotor e procurador Chico Leite, mas na minha humilde palavra como delegado – não digo do interior, mas lá da periferia –, para nós não há diferença, não. Aqui estou vendo que um quer diferenciar do outro, o outro quer diferenciar do um, mas estão falando a mesma coisa. Deputado Rafael Prudente, pasme V.Exa., os dois estão defendendo uma só coisa. É a primeira vez que eu vejo dois partidos de colorações diferentes e de ideologias diferentes falando a mesma coisa.

Eu me sinto gratificado por estar nesta Casa neste momento. Eu acho que o Deputado Chico Vigilante e o Deputado Raimundo Ribeiro tinham que dar as mãos neste momento, porque os dois estão de parabéns. Cada um na sua especificidade, na sua coloração partidária, defendeu uma só situação: lugar de ladrão é na cadeia, independentemente do ano em que tenha cometido esse crime. Se foi lá atrás, se é tucano, se não é, se é passarinho, se não é, ou se é pegador de passarinho. Não interessa quem seja, tem que ir é para cadeia, porque eu sempre disse: ladrão, independentemente de ser de colarinho branco ou de galinha, o lugar dele é na Papuda, e disso o Procurador de Justiça sabe muito bem. Agora, temos que ter a devida prova legal para não fugirmos do constitucional, apesar de eu ter as minhas situações meio ortodoxas que resolvem muitos problemas, em que a lei muitas vezes não consegue resolver, mas que a gente consegue resolver.

Voltando à vaca fria, sobre isso tudo, os meninos que estão ali. É com todo o respeito que quero cumprimentá-los pela vontade com que vocês estão de entrar nessa polícia maravilhosa que tem um hino que diz: “Eu tenho orgulho de ser policial.” Que vocês não parem de tratar isso porque a população necessita desse orgulho que vocês têm de ser policiais para combaterem a criminalidade, até mesmo porque, independentemente de ser ou não de colarinho branco, o lugar de ladrão é na cadeia. Os senhores hão de entrar o mais rapidamente possível para fazer valer o que tem lá no hino da Polícia Civil. Então, podem contar comigo. Estarei cobrando a nomeação dos senhores, porque não é justo que vocês – tendo estudado o quanto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

estudaram, tendo feito um concurso pesado como esse, tendo feito o curso e a necessidade premente da população estando aí e os senhores com vontade, querendo trabalhar – não possam trabalhar porque não são nomeados. Isso é brincadeira! Eu não consigo enxergar isso. As pessoas falam muito de corrupção. Para mim, isso é uma corrupção também: não nomear aqueles que já estão prontos para combater a criminalidade.

Eu não poderia, Sra. Presidente, deixar de falar aqui também dos templos religiosos. É um absurdo quando eu ouço falarem em derrubar templos religiosos. Se para cada boteco que se abre, tivéssemos um templo religioso para conter essa criminalidade, essa violência, nós teríamos um país muito melhor. Então, Deputado Rodrigo Delmasso, eu quero aqui parabenizá-lo por essa discussão sobre a derrubada dos templos. Nós aqui nesta Casa não vamos admitir esse tipo de derrubada, vamos para uma discussão, vamos para uma conversa. Quero aqui conclamar a Sra. Presidente, que também é uma religiosa, é uma cristã, que nos ajude a não deixar que um fato como esse ocorra.

Sra. Presidente, venho pedir mais uma coisa a V.Exa., porque sou como filho de cego, quando peço, peço muito. Sra. Presidente, eu gostaria que V.Exa. me ajudasse neste momento. O Governador, com muito boa intenção, querendo fazer o melhor por Brasília, querendo diminuir gastos, enviou para cá um projeto que extingue as regiões administrativas. Existe um jargão antigo que diz que a voz do povo é a voz de Deus. E o Governador Rollemberg vinha ouvindo o povo nas rodadas de conversa. Então, queria pedir a V.Exa. e a todos que estão presentes, ao Líder do Governo... Cadê o Líder? Cadê o Líder? Cadê o Líder do Governo, pelo amor de Deus? Que o Líder do Governo me ajude junto com o Governador para que ele retire isso de pauta – a senhora vai tirar da pauta –, que se retire desta Casa a extinção das regiões administrativas, senão, pelo que nós vimos aqui, nós podemos chegar ao ponto de levar o Governador a uma derrota. E isto é importante, Líder: já trazer uma derrota para o Governador neste momento, um Governador sério, um Governador probo, um Governador trabalhador, que está querendo fazer o melhor para Brasília. Nós, como representantes do povo, temos a obrigação de evitarmos que alguma coisa que não condiga com que o povo quer seja trazido para esta Casa.

Então, neste momento, Serginho, você que também é um grande articulador político, retire esse projeto, devolva-o ao Governador. Que se faça economia de outro jeito, mas não faça economia extinguindo as RAs, porque extinguindo as RAs naquelas localidades, elas não terão representantes do governo, e onde o povo está tem que haver um representante do governo. Para isso é que foram criadas as administrações regionais. Pasmem, Deputado Prof. Reginaldo Veras, no momento que tirarmos a RA da Fercal, a RA do Park Way, a RA da Candangolândia, quem esse povo vai ter para representar o governo naquele momento? Eles não terão ninguém. Esse povo já não tem nada e ainda se tira. Tem de haver pelo menos um elo entre o governo e o povo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Então, neste momento, eu quero dizer aqui, com muita vontade, mas com muita vontade de ajudar o governo, de trabalharmos juntos para melhorar a comunidade do Distrito Federal.

Sra. Presidente, Sr. Líder de Governo, Srs. Deputados que podem me ajudar, peguem esse projeto e devolvam-no ao Governador. Vamos economizar em outras coisas. Há tanta coisa que dá para economizar. Se bater tudo – aí, o Deputado Rodrigo Delmasso já fez, o colega aí também já fez essas coisas –, é tão ínfimo o que se vai economizar, que não vale a pena o desgaste político, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para falar sobre esse tema, fazendo um aparte à fala de V.Exa. Na quinta-feira, a comissão geral aqui da Casa será para discutir a extinção das administrações. Eu acredito que esta Casa não pode tomar uma decisão tão importante como essa sem ouvir as comunidades que serão afetadas.

Deputado Dr. Michel, V.Exa. pode protocolar um ofício, que esta Casa vai lá na Fercal atender a uma demanda de V.Exa. para ouvir aquela comunidade. Na quinta-feira, vamos abrir a discussão, porque é importante ouvir a comunidade. Nós não podemos extinguir as administrações sem escutar as pessoas. Eu acho que esse é o papel do Parlamento.

Então, V.Exa. está de parabéns pelo seu pronunciamento.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Michel, Sra. Presidente Celina Leão, quero falar sobre o excelente, brilhante discurso de V.Exa. em relação às administrações regionais. Quero deixar aqui escrito o seguinte: nenhum projeto de reestruturação de governo, Deputado Chico Leite, pode acabar com a história de uma cidade.

A extinção de regiões administrativas como Candangolândia e Núcleo Bandeirante fere diretamente a história do Distrito Federal. Também acredito que governo nenhum pode jogar um balde de água fria naquilo que é conquista do povo. A Administração Regional da Fercal, que teve V.Exa. como grande protagonista no governo passado para a criação dessa administração, é uma conquista do povo daquela cidade. V.Exa. sabe disso. Quanto tempo eles lutaram para que uma gerência se transformasse em uma subadministração e essa subadministração virasse uma administração regional?

Estive na Fercal, Deputado Dr. Michel, na semana passada e fiquei ali feliz, porque, devido à implantação da Administração Regional da Fercal, já vemos melhorias, principalmente na pavimentação asfáltica.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

E aqui quero fazer coro a V.Exa.: a economia que está se prevendo nessa reestruturação seja feita em outros lugares. Não vamos acabar com a história, Deputada Celina Leão, da nossa cidade nem jogar um balde de água fria naquilo que o povo conquistou.

DEPUTADO DR. MICHEL – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Quero dizer que não estou aqui contra o governo. Eu estou aqui a favor do governo, porque, quando o povo quer, o Governador tem que ouvir. Se não ouvir o povo, 2018 está bem ali na curva. O troco vem nas urnas.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Michel, quero parabenizar V.Exa. na posição de Líder da bancada e cumprimentar também a nossa Presidenta.

Eu já me manifestei na última semana sobre o assunto. Eu espero, Deputada Celina Leão – permita-me a sua atenção –, que o nosso futuro Líder também, o meu querido colega Deputado Júlio César, possa pedir ao Governador que faça a retirada desse projeto. É como V.Exa. disse: da maneira como está, o Governador só vai ter o desgaste, porque esse projeto trata também da autoestima da população.

Eu pergunto a V.Exa.: se o morador de Santa Maria tiver que procurar a solução de um problema da sua comunidade, da sua rua, do lixo etc., onde ele vai se socorrer? Na administração. Se a administração não funciona, está fechada, deixou de existir ou é no Gama... É o caso, por exemplo – não vou citar o nome, porque a minha intenção não é expor absolutamente ninguém –, do administrador de uma cidade elegante nossa, do Lago Sul, que assumiu a tarefa também de ser administrador em outras áreas que não as do Lago Sul. Ele realmente tem dificuldade, porque ele não conhece.

Então, não adianta querer suprimir os administradores, porque, como disse muito bem V.Exa., não há redução de um único cargo. O projeto, portanto, não alcança o objetivo de redução de gastos. Ele só diminui o respeito próprio da população, sua autoestima.

A população do Itapoã vai bater em que porta? Lá da administração do Paranoá, que não tem nenhum aspecto da sua história, da sua realidade com o Paranoá?

O morador do Varjão vai procurar no Lago Norte, que é de população de classe média, sendo que a história deles é de uma ocupação que se deu em um processo de enfrentamento com o Poder Público, resistiu às demolições e resistiu,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

inclusive, à remoção do próprio Varjão? Então, tudo isso, Deputado, está associado à história da população.

Eu vejo, por exemplo, uma pessoa que, no passado, era uma criança e que hoje é um adulto, em Ceilândia, no Setor O. Sabe, o governo está pensando corretamente em até dividir – eu até já conversei com a Deputada Luzia de Paula – as novas regiões das antigas na Ceilândia. Agora, a administração é não somente porta voz das demandas da comunidade, mas também do sentimento da comunidade. Nós precisamos respeitar isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu peço aos Deputados que sejam mais breves em seus apertes para economizarmos um pouquinho o tempo.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Michel, eu me senti no dever de dar uma contribuição à manifestação de V.Exa., Deputado Dr. Michel, porque o governo tinha uma intenção valorosa e acabou dando ensejo ao descontentamento das comunidades com esse projeto.

Se o governo queria e ainda deseja economizar, corte o que há de gordura na máquina, de excesso na máquina. O quê? Os cargos comissionados. Redistribua os servidores de carreira que desejam trabalhar em suas cidades, aqueles que são efetivos, concursados. Assim, profissionalizará o serviço público, dará um tom de qualificação e de compromisso, e o serviço público não ficará ao talante das políticas eleitorais. Esse corte, segundo análise da nossa Assessoria de Liderança, não houve. Extinguiram-se cargos, mas elevaram-se os valores dos maiores. De maneira que, em vez de economizar, está-se gastando cerca de alguns mil reais por mês a mais. Quer dizer, o governo não está efetivamente fazendo o que se comprometeu a fazer.

Então, qual é a minha sugestão? Em vez de terminar por atacar a autoestima das cidades, as conquistas comunitárias, o governo precisa atacar o que há de excesso de gordura na máquina, acabando com cargos comissionados. Se assim fizer, se prestigiar os servidores de carreira, se redistribuí-los para onde não houver, aí não tenham a menor dúvida de que ele vai contar com a simpatia da comunidade e vai contar com a simpatia desta Casa Legislativa. Agora, extinguindo administração, não estará fazendo a economia que deseja e, no mesmo passo, estará contrariando a alma dessas comunidades.

Recebi comitiva do Cruzeiro, do Sudoeste, da Octogonal, que se colocam inteiramente contrários a essa fusão, que termina por ser a extinção da administração do Cruzeiro, quando o foco deveria ser outro se o desejo é a economia.

Essa é a contribuição, Deputado Dr. Michel.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

DEPUTADO DR. MICHEL – Eu agradeço o aparte de V.Exa. Ser aparteado por V.Exa. sempre é gratificante, devido ao conhecimento, a presteza e o compromisso que V.Exa. tem para com a comunidade.

Para encerrar a minha fala, Sra. Presidenta, voltando ao que eu estava dizendo, eu acho – acho não, tenho certeza – que, neste momento, qualquer tipo de extinção de RA é politicamente jogar pedra para o alto, porque vai cair na cabeça.

Então, eu quero aqui conclamar V.Exa. e todos que estão presentes... Quem sabe V.Exa., na audiência de quinta-feira, já trará uma notícia boa para esse povo que vive amargurado sem saber se vão acabar com as administrações e, como bem diz o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Chico Leite, com a autoestima de quem colocou esse governo no poder.

Se quinta-feira, já tivermos a benevolência do nosso Governador, a quem respeito... Dizem que quem chama S.Exa. de Rodrigão é porque é amigo de S.Exa. Então, que o Rodrigão, o nosso Governador retire esse projeto e, quinta-feira, V.Exa. seja portadora de uma boa notícia como esta: que o Governador, sensível à causa da comunidade, mandou – porque S.Exa. não pede, S.Exa. manda – retirar o projeto de extinção das RAs e que fará a economia proposta na sua campanha queimando, como diz o grande causídico, as gorduras – gorduras não, porque aí eu e o Júlio vamos ficar danados –, os excessos que há no governo.

Era o que eu tinha a falar, Sra. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Dr. Michel.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu gostaria de perguntar aos colegas se alguém abriria mão dos Comunicados de Parlamentares para entrarmos na votação desse crédito, que é importante. O sistema está parado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Consulto os Líderes se os Parlamentares abririam mão da fala de Parlamentar. (Pausa.)

O Deputado Chico Vigilante, o Deputado Ricardo Vale e a Deputada Luzia de Paula vão falar.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, abro mão da minha fala, mas solicito a V.Exa. a inclusão, na pauta de votação, do Requerimento nº 181, de 2015, de minha autoria,.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, estava ouvindo há pouco o pronunciamento do Deputado Dr. Michel. S.Exa. tem toda razão no que diz.

Eu quero externar de público a minha posição, que será a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores, com relação à questão das administrações. A nossa bancada não aceita, em hipótese nenhuma, ser feito do jeito que está sendo feito, mas eu quero assumir para a Casa e para o Governo do Distrito Federal, mesmo sendo Oposição, que estamos à disposição de fazer um debate amplo a respeito da estrutura administrativa do Distrito Federal, de pegá-la como um todo, não só as administrações.

Eu tenho dito, Deputado Ricardo Vale, que eu tinha até alguma dúvida quando foi criada a Administração do Varjão, mas, na verdade, Deputada Celina Leão, o Lago Norte não quer o Varjão, e o Varjão não quer ser Lago Norte. Portanto, não adianta querer misturar o que não se vai conseguir misturar.

O Deputado Dr. Michel falava aqui há pouco que a Fercal é mais velha do que Sobradinho II, entretanto Sobradinho II ganhou uma administração, e Fercal ganhou apenas no ano passado e agora querem tirar dela. Não dá certo pegar o Cruzeiro e Sudoeste e misturar. Ainda querem tirar a administração do Cruzeiro.

Portanto, eu quero fazer um apelo desta tribuna. Eu até tive oportunidade de conversar por telefone com o Secretário Hélio Doyle – Oposição também conversa – e fiz um apelo para que o Governador Rollemberg retirasse esse projeto, porque ele não passa, só traz desgaste para S.Exa. Eu quero desgastar o governo por outras coisas, não por essa. Fica muito fácil, Deputada Celina Leão, desgastar o governo por uma coisa tão banal. Eu não quero isso. Eu quero o debate profundo sobre questões que são fundamentais.

Portanto, eu faço um apelo – e creio que é o apelo da maioria desta Casa – para que o Governador retire esse projeto. A Bancada do Partido dos Trabalhadores e, creio, todos os Deputados temos o compromisso de discutir, de fazer realmente uma profunda discussão sobre a estrutura administrativa do Distrito Federal. Estamos dispostos a fazer isso. Agora, esse projeto não permite essa discussão.

Inclusive, para concluir, Sra. Presidente, temos o compromisso... vamos tirar o projeto, mandar a questão do conselho... estamos dispostos a votar o conselho. Agora, vamos retirar, separar, mandar o conselho... a gente vota o conselho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Esse projeto das administrações não passa nesta Casa. Portanto, é bater quase que em uma... além de deixar os Deputados da base meio constrangidos. A gente sempre fica.

Quando era o Governo Agnelo, Deputado Chico Leite, lembro quantas vezes chegava uma coisa aqui que a gente tinha de debater bastante para poder votar. Portanto, faço esta sugestão ao Governador Rodrigo Rollemberg: retire o projeto, separe os conselhos e vamos debater a reestruturação administrativa do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Srs. Deputados, acho que é importante esclarecermos essa questão do projeto das administrações. Temos aqui uma visão dos Parlamentares. Por isso que a comissão geral e as audiências públicas que venhamos a promover serão importantes para que tenhamos uma posição clara da população. Ficaré um debate franco com a população. Então, na quinta-feira, será a grande oportunidade de as entidades, as cidades, as associações se manifestarem aqui no plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna falar de um projeto que protocolei hoje, que trata do incentivo ao futebol amador do Distrito Federal. Esse projeto retoma um programa que foi de muito sucesso no Governo Agnelo, que se chamava Boleiros. O Deputado Wasny de Roure e o Deputado Júlio César, que foi Secretário dos Esportes do Agnelo, conhecem-no muito bem. Ele é fruto de uma demanda de todas as cidades, de todas as ligas de futebol. Até porque o futebol amador do Distrito Federal é o esporte mais praticado aqui e por pessoas humildes.

Os donos de times, as pessoas que praticam esporte, que organizam o esporte têm muitas dificuldades. Queremos tornar esse programa um projeto porque todo ano os campeonatos amadores, em todas as cidades, começam em março, mas até agora não começou em nenhuma cidade. Eles esperam que o Governo do Distrito Federal, que o Estado possa ajudar de novo, como vem fazendo há muitos anos. Esse projeto é de iniciativa minha e do Deputado Wasny de Roure.

Já combinei com o Deputado Júlio César a realização de uma audiência pública aqui na Câmara Legislativa, o mais rápido possível, para ver se conseguimos convencer o governo, a Secretaria de Esportes a ajudar, e se essas competições começam o mais rápido possível. Trata-se de uma modalidade que tira milhares de jovens das ruas, que socializa, que inclui uma série de pessoas, principalmente nas comunidades mais carentes do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Esse projeto é muito importante, e peço o apoio de todos os Parlamentares. Peço também ao Governo que, independentemente da tramitação do projeto na Casa, que ele disponibilize recursos para o pagamento da arbitragem e essas competições comecem o mais rápido possível. São quase cem mil pessoas envolvidas com o futebol amador no Distrito Federal, entre atletas, pessoal que trabalha, ambulantes que movimentam o comércio esportivo da cidade, e isso não pode ficar parado. Já era para ter começado agora, no início de março, e tenho sido muito procurado pelos dirigentes de liga. Sou oriundo do futebol amador, joguei bola muitos anos na minha vida, no terrão, lá em Sobradinho, e, por sinal, fui um excelente jogador. Ainda sou, ainda jogo muito bem.

O importante desse projeto é que realmente ele inclui, como já falei, socializa, mas precisa de apoio do Estado. É preciso que a gente se movimente aqui, nós, Deputados, para sensibilizar o governo. Que esse programa se torne uma lei, para que todos os anos cheguem recursos a essas entidades esportivas e a esses clubes.

Quero falar também, rapidamente, para não tomar muito tempo, que há um outro projeto importante a ser votado, sobre o discurso do nosso companheiro, ex-Líder do Governo, Deputado Raimundo Ribeiro, por quem tenho muito respeito e a quem ouvi atentamente, a respeito desta questão nacional, o ato do dia 15, que, na minha avaliação, é legítimo. As pessoas têm mais é que se manifestar quando acharem que as coisas não estão indo bem.

A gente sabe que o País está atravessando um momento muito difícil; a crise econômica atinge vários países, e o Brasil não tem como ficar fora disso, muito menos o Distrito Federal. A população brasileira está um pouco aflita, ansiosa em relação a este momento que a gente atravessa, mas já houve outros, e vamos sair dessa crise.

Sabemos do lamentável episódio da corrupção não só na Petrobras, mas em vários órgãos do Governo Federal. Como diz o Deputado Dr. Michel, não se trata de um problema de datas, trata-se de corrupção, que é inerente ao homem, independentemente de governo, independentemente de presidente.

Há gestores, há políticos, há pessoas envolvidas em corrupção, e isso é lamentável, mas cabe às instituições – é por isto que este é um país democrático –, fortalecerem-se e combaterem essa corrupção, seja no Parlamento ou em outros órgãos. O que não dá é, neste momento de crise, a gente aproveitar a situação e tentar aplicar um golpe no nosso país. Essa coisa de *impeachment* é um absurdo, é de uma irresponsabilidade que não tem tamanho! Ora, o País já vive uma crise econômica profunda, e vamos querer criar uma crise política, tirar uma Presidente, eleita legitimamente, na força? Isso é aumentar mais o caos, é gerar uma situação que provavelmente vai aumentar o desemprego. É a população que tem de dizer o que quer. Ela elegeu a Dilma? Então, ela poderá tirar a Dilma daqui a quatro anos,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

afinal, o Lula vem de novo. O Lula deve ser candidato, e a população tem todo o direito de, se quiser, tirar a Dilma e botar o Lula.

Espero que este governo, na minha avaliação, é extremamente positivo, pois tirou milhões de brasileiros da pobreza, possa continuar. Espero que ele continue. Agora, é preciso separar as coisas. Uma coisa é a corrupção, que atinge não só o PT – provavelmente, estão investigando... Há parlamentares do PT envolvidos nessa situação, mas é a minoria. É a minoria! É preciso que todos os citados na operação tenham o direito de se defender. Não podemos, diante da abertura de um inquérito, sair condenando todos os Deputados, todos os Senadores. Cadê o Estado de Direito neste país? Não é verdade que todos nós temos o direito de nos defender, seja aqui, seja no Senado, seja na Câmara dos Deputados?

É preciso que a gente tenha prudência, tenha calma. Espero que o País possa, por meio das suas instituições, vencer esse período e que a corrupção, que tira direitos, que aumenta a desigualdade social, acabe definitivamente.

Sou totalmente contra o *impeachment* da Presidente e tenho certeza de que vamos superar este momento de crise e este país ainda vai voltar a crescer como antes e a ser próspero para toda a população.

Era isso, Sra. Presidente. Muito obrigado.

DEPUTADO JÚLIO CÉSAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JÚLIO CÉSAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria só colaborar com a fala do Deputado Ricardo Vale.

Realmente esse Programa Boleiros fez muito sucesso na gestão passada. Conseguimos, com ele, atender a mais de oito mil times aqui em Brasília e criar empregos para os árbitros. Eu me solidarizo com S.Exa. Quero dizer que já abri um diálogo na Secretaria de Esportes com a nossa Secretária Leila Barros, a qual já se colocou à disposição para começarmos, e a previsão é que possamos soltar o edital no mês de maio.

Realmente, a situação que Brasília está vivendo é muito complicada. O dinheiro que seria utilizado para a execução desse programa acabou saindo dos fundos, pois os fundos iam ser destinados ao pagamento dessa arbitragem, mas já estamos equacionando para que, em maio, de verdade, possamos colocar esse programa em pleno vigor. E, desde já, coloco-me à disposição.

Eu acredito que, na audiência pública que vamos realizar em conjunto para debater o futebol amador, devemos trazer todas as ligas à Câmara Legislativa, e, com certeza, sairão daqui grandes planos.

Portanto, parabéns, Deputado Ricardo Vale, conte com nossa ajuda.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROFESSOR REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos, Sras. e Srs., hoje trago alguns temas pontuais da realidade do Distrito Federal e, antes de começar, quero parabenizar, pessoalmente, a Deputada Liliane Roriz por ter conduzido, hoje pela manhã, uma audiência pública a respeito da gestão dos recursos hídricos extremamente produtiva com pessoas do mais alto gabarito debatendo o assunto. Espero que dali possam sair ações conjuntas dos órgãos governamentais para que esse problema, que é tão alarmante em São Paulo, não se concretize na realidade do Distrito Federal.

Parabéns, Deputada Liliane Roriz.

Em relação aos meninos da Polícia Civil que estão ali, para não ficarmos no vai e vem, eu estive lá com a comissão junto ao diretor da Polícia Civil, Eric Sebba, há cerca de 40 dias, e, naquela ocasião, ele prometeu divulgar um cronograma de nomeação e, a pedido nosso e da comissão, um estudo de impacto orçamentário dessas contratações. Como, infelizmente, isso não chegou à mão dos concursados e tampouco a minha mão, eu gostaria que V.Exa., Sra. Presidente, lesse ainda hoje um requerimento em que pedimos à Polícia Civil esse estudo de impacto financeiro e esse cronograma de nomeação. Todos os Deputados o assinaram, exceto os da Mesa, que terão a oportunidade de assiná-lo.

Então, eu gostaria que V.Exa. fizesse a leitura aqui para que chegue tal tema. Isso – lembrando – é uma demanda de todos os Deputados que acompanham e estarão com vocês nessa luta até o ato de nomeação e posse.

Em relação ao pessoal das congregações religiosas que apareceu, não vou tomar partido, eu não domino o assunto. Estudarei com profundidade o assunto, para que eu possa tomar uma decisão justa. Foram ali e me cobraram o apoio; eu não posso apoiar o que não conheço, mas prometo que vou estudar profundamente o assunto para ter justiça em minha decisão.

Infelizmente, hoje não entrou na pauta o Refis. Estavam aqui vários representantes das feiras do Guará e da Ceilândia. Estive visitando os feirantes e pedi, pessoalmente, ao Secretário de Fazenda e ao secretário-adjunto que colocassem junto ao Refis a prorrogação do Simples Candango. Isso foi aceito, e haverá a votação amanhã. Fico feliz e conto com o apoio de todos os Parlamentares para aprovarmos essa prorrogação do Simples Candango, pois, uma vez que não seja prorrogado, esses feirantes terão que adotar o Simples nacional. Eles não têm condições financeiras de arcar com os custos que isso representa. Desse modo, ou o feirante fechará a banca ou entrará na ilegalidade, o que não é nada interessante para a economia do Distrito Federal.

Portanto, eu espero que todos possam, amanhã aqui, se entrar na pauta de votação, aprovar esse Simples Candango.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Para questão mais pontual, eu gostaria da atenção de todos os Parlamentares, pois é uma questão gritante. Lá em Samambaia, próximo à região conhecida como Rocinha, nós temos a Escola Classe Guariroba, que, até 2013, era escola rural. Como todos sabem, uma vez que é escola rural, os professores têm direito a uma gratificação. Os servidores que trabalham lá têm direito a uma gratificação por trabalhar em área rural, visto que isso não é tão fácil como na área urbana. Mas, em virtude do PDOT de 2013, tal área, que era rural – e continua sendo rural –, absurdamente foi transformada em área urbana, e a escola perdeu o título de escola rural. Logo, os professores, Deputada Luzia de Paula, perderam a gratificação.

Mas olhem a incompetência da coisa: a Secretaria de Educação não comunicou os professores sobre isso. Desde 2013, a escola não é mais considerada rural, e eles continuam recebendo a gratificação por trabalhar em área rural. Para a surpresa desses profissionais, a Secretaria de Educação, semana passada, disse – olhe o absurdo, Deputado Wasny de Roure! – que esses professores terão de devolver a gratificação retroativamente.

Eu, pertencente a um partido trabalhista e professor que sou, não vou admitir uma situação dessas. A questão é de caráter judicial, mas cabe a nós, Poder Legislativo, pressionar o Poder Executivo para corrigir esse absurdo, até porque os professores não foram comunicados, agiram de boa-fé. E agora o Estado vem querer que o professor devolva aquilo que recebeu porque trabalhou e não tinha conhecimento?

Então, eu espero que esta Casa e que todos os Parlamentares abracem essa causa, levem essa causa até o Poder Executivo para que achemos uma solução de razoabilidade. Não tem sentido aquele que agiu de boa-fé devolver.

E nessa questão eu vou lutar junto com esses doze profissionais, esses doze professores e mais esses dois auxiliares de ensino, assistentes de ensino, que não têm como devolver esses valores. E nós estamos falando de quantias de 12 mil reais. Poxa, o professor nem recebe e ainda tem que devolver? Essa foi a gota d'água da incompetência na Secretaria de Educação nas gestões anteriores, continuando nessa.

Eu espero que não aconteça essa situação e que ela seja resolvida. O trabalhador não pode pagar pelo erro dos outros.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, estamos correndo o risco de perder o *quorum* caso não votemos os créditos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu gostaria de fazer um apelo aos Parlamentares, porque a greve do transporte público foi encerrada em função de uma negociação de se votar esse crédito. Eles encaminhariam o crédito para a Câmara. Eu gostaria de fazer um apelo aos Parlamentares que quiserem usar o tempo para falar. Eu até posso dar continuidade aos Comunicados de Parlamentares, mas nós estamos com medo de perda do *quorum*. Então, que possamos passar à votação.

Consulto os Líderes para saber se há acordo quanto ao sobrestamento dos Itens nº 1 a 102, relativos aos vetos. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, passamos ao primeiro item para apreciação.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 242, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais)”.

A proposição não recebeu parecer da CEOF. Apresentadas duas emendas de plenário, a CEOF deverá se manifestar sobre o projeto e as emendas apresentadas.

Na ausência do Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, solicito ao Vice-Presidente da Comissão, Deputado Rafael Prudente, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da CEOF sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 242, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais)”.

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, art. 64, compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre proposições que versem sobre créditos adicionais. O projeto de lei abre crédito suplementar para garantir recursos ao DFTrans e será financiado nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, pela anulação de dotação orçamentária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

No que tange às normas legais que disciplinam os créditos adicionais, a proposição deve observar a Constituição Federal de 1988, a Lei Ordinária Federal nº 4.320, de 1964, a Lei Orgânica do Distrito Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, a Lei Orçamentária Anual de 2015, e tais normas foram cumpridas.

Dessa forma, tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico e favorece o desenvolvimento da atuação governamental, votamos pela admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei nº 242, de 2015, de autoria do Poder Executivo, no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e aprovação da Emenda nº 1 e da Emenda nº 2.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, creio que uma das principais tarefas deste governo é fazer um amplo debate sobre a política das gratuidades. Por que, Sra. Presidenta? Eu considero que nós precisamos passar um pente fino nisso. O próprio Deputado Prof. Israel propôs uma audiência pública sobre o passe livre, Deputada Telma Rufino.

Eu tenho que fazer aqui uma autocrítica porque, no período anterior, como Líder do Governo, cheguei a reportar ao secretário e ao diretor do DFTrans a necessidade de um debate aprofundado sobre as gratuidades. Temos a gratuidade do deficiente e a do estudante. Como cidadãos que necessitam se deslocar para ir para a escola ou para usufruírem de tratamento, no caso dos deficientes, mais do que justo que o Estado arque com a devida gratuidade. Entretanto, o meu receio é o fato de que os números são extremamente altos, Deputada Celina Leão, Deputada com quem posso ter tido discordâncias, mas que fez esse debate sobre o transporte aqui nesta Casa. O Deputado Robério Negreiros também, pois fez uma subcomissão do transporte.

Deputada Luzia de Paula, no ano passado nós tivemos – eu vejo aqui o Secretário Marcos –, um gasto da ordem de R\$56.790.000,00 (cinquenta e seis milhões e setecentos e noventa mil reais) – pelo menos é o que o sistema aponta. Entendo que esses números sejam corretos. Já tivemos executado do Orçamento deste ano, se não me falha a memória, o montante de 42 milhões e 500 – foram empenhados 40 milhões e 600 mil reais; liquidados, 39 milhões e 397 mil reais. Portanto, agora o governo passa a ter uma autorização de 120 milhões. É um montante absolutamente significativo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Então, nós precisamos, Marcos e representantes do Governo do Distrito Federal, fazer uma ampla averiguação desses números. O controle do nosso sistema de transporte, hoje, tem à frente do DFTrans uma pessoa altamente respeitada, o Clóvis Barbará, que esteve na gestão do professor Cristovam. É experiente, conhecedor, idôneo e tem amplas condições de fazer essa depuração.

Eu quero fazer esse registro. Esse debate vai retornar à Casa e, para o bem desta cidade, do próprio governo e desta instituição, precisamos aprofundar a discussão sobre os recursos para o sistema de transporte no Distrito Federal.

Encerro dizendo o seguinte, Deputado Chico Vigilante, Deputado Raimundo Ribeiro e outros colegas Deputados: todas as vezes, inclusive no governo passado, que debatemos recursos suplementares para o transporte, sempre foi de maneira açodada. Sempre foi de maneira açodada! Precisamos parar com isso e ter uma atitude mais consequente e mais responsável!

Eu vou dar o meu voto favorável, porque posso ter n divergências com o Governador Rollemberg, mas sei da sua seriedade e sua disposição de acertar neste governo. Eu quero aqui fazer um pacto com os colegas, Deputado Prof. Reginaldo Veras: precisamos saber mais profundamente se esses recursos estão tendo a destinação que, de fato, precisam ter.

Faço essas observações.

DEPUTADO JÚLIO CÉSAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JÚLIO CÉSAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria solicitar destaque da Emenda Modificativa nº 2, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Destacada.

Continua em discussão.

Concedo a palavra do Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, quero neste momento dirigir-me principalmente aos doze Deputados que foram eleitos para este mandato, que não tiveram o direito de apresentar emenda ao Orçamento anterior. Tivemos uma prática que foi muito salutar no governo passado. Quando chegamos, em 2011, os Deputados que não estavam aqui e não tiveram emendas inseridas no Orçamento tiveram o direito de, com remanejamentos, serem contemplados com emendas parlamentares. Portanto, o que é que nós estamos sugerindo? Nós tínhamos feito essa emenda do Deputado Ricardo Vale, que teria o mesmo tratamento que os que participaram da elaboração do Orçamento. Vimos que ficou difícil, tanto é que o Líder de Governo já está pedindo destaque. Queremos resolver essas coisas, mas queremos também que os direitos deles sejam preservados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Estamos fazendo uma sugestão – temos o compromisso do Serginho e queremos o compromisso do Secretário Marcos –, que é a seguinte: há R\$96.712.592, (noventa e seis milhões, setecentos e doze mil e quinhentos e noventa e dois reais) em reserva de contingência fora desse projeto. O que precisamos fazer? Fizemos uma conta aqui. Pegando esses 96 milhões e dividindo por 12 – que é o número dos Deputados novos eleitos, Deputado Rodrigo Delmasso, Deputado Lira, Deputada Sandra Faraj, Deputada Telma Rufino, Deputado Juarezão, Deputado Rafael Prudente, Deputado Ricardo Vale –, dão exatamente 8 milhões, que seria o valor a que vocês teriam direito de serem contemplados no Orçamento.

Portanto, nós estamos dispostos a retirar a emenda, desde que haja o compromisso do governo de que, ainda neste mês, se resolva isso. O Serginho está assumindo esse compromisso conosco. Está ali o Marcão também. Nós queremos o compromisso do governo para que possamos ter a certeza do cumprimento desse acordo e, assim, votarmos a questão do orçamento. É uma questão de justiça, Deputada Celina Leão, até porque fizemos isso em 2011. Nós chegamos aqui na Casa e quem não tinha mandato – eu não tinha – tinha o direito de colocar emendas no Orçamento. Parece-me que a mesma coisa está sendo feita no Congresso Nacional. Os deputados novatos e os senadores estão tendo direito... Não na mesma proporção, no nosso caso são 16 milhões. No ano passado, das nossas emendas, só foram executados 8 milhões.

Portanto, estamos sugerindo que se faça a divisão aqui. Estamos sugerindo exatamente aquilo que temos certeza que dá para executar para que, no que tange à execução, V.Exas. sejam tratados com igualdade a nós que estávamos aqui há mais tempo.

É essa a proposição que fazemos, mas queremos o compromisso.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

Eu só queria fazer um registro aqui que acho importante. Ontem, nós estávamos em uma reunião com o Governador e isso foi um pedido que eu fiz como Presidente desta Casa. Nós estávamos com 12 Deputados lá. Não só foi feito o pedido para que se fizesse a liberação das emendas parlamentares, mas que tivéssemos um tratamento isonômico.

Quero dar um exemplo a V.Exa. Eu fui Deputada de Oposição e, no ano passado, não tive um centavo de emenda executado. E não é esse, Deputado Chico Vigilante, o tratamento que queremos dar para a Oposição, Deputado Ricardo Vale. Isso foi falado ontem na reunião junto com o Governador. E fiz uma exigência para que todos os Deputados – o Deputado Dr. Michel estava conosco – tivessem um tratamento igualitário. Mas não adianta fazer uma liberação orçamentária e não se executar. O Marcão estava presente. Nós queremos, sim, que seja liberado um percentual de emendas parlamentares para todos os Deputados para que elas sejam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

executadas também. Mas o tratamento tem que ser isonômico, tanto com os Deputados da Base quanto com os Deputados da Oposição. É esse o meu posicionamento.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero parabenizar V.Exa. Como sempre disse e torno a dizer, V.Exa. tem nos surpreendido com a sua presteza e dedicação aos Parlamentares desta Casa. Sou testemunha ontem que V.Exa. cobrou realmente do Governador que S.Exa. tratasse, independentemente de colocação partidária, com isonomia todos os Parlamentares no que tange à execução das emendas.

A minha questão é para parabenizar V.Exa., que, mais do que ser Presidente desta Casa, é uma defensora das causas justas, porque, nesta Casa, por enquanto, podem estar acontecendo injustiças. Então, quero parabenizá-la. Essa é a minha questão.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só uma questão.

Quero parabenizar, primeiro, a proposta do Deputado Chico Vigilante. Ali atrás, eu conversei com o Secretário de Relações Institucionais e ele afirmou esse compromisso do governo, conforme V.Exa. disse ontem na reunião com o Governador, para que os Parlamentares novos tenham o direito de apresentar emendas, num novo crédito que vai ser colocado e encaminhado a esta Casa, para que possamos atender também as prioridades do Distrito Federal.

Quero ressaltar a importância dessa apresentação que V.Exa., com o Governador, colocou, dando essa oportunidade aos 12 Parlamentares novos que entraram que entraram nesta Casa, conforme feito em governos anteriores.

Então, só quero ressaltar que seria importante que colocássemos agora, neste momento, uma espécie de compromisso do governo – com o novo Líder do governo, aqui já pré-anunciado – para que os Deputados que estão exercendo sua primeira legislatura possam ter esse direito de apresentar emendas no valor que o Deputado Chico Vigilante apresentou.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apenas desejo esclarecer que existe uma regra que estabelece o valor da emenda a que o Deputado tem direito: pega-se o valor de 2% da reserva de contingência, divide-se por 24 e acha-se o valor. Essa já foi uma regra estabelecida porque, quando nós assumimos aqui em 2011, Deputado Chico Vigilante, o valor das emendas era apenas de 7 milhões. Hoje é um valor estabelecido por esse critério, que é um parâmetro com o Congresso. Pega-se 2% da reserva de contingência que vem na lei orçamentária, divide-se por 24 e acha-se o valor a que cada Deputado tem o direito de indicar, porque, na realidade, as emendas nada mais são do que aquilo que o Deputado pode indicar.

Outra observação: em 2011 foi assim, o Deputado que se elegia no primeiro ano, como o orçamento é feito no exercício anterior, só os Deputados que permaneceram na Casa... E criou-se o critério de executar a emenda mesmo dos Deputados que não tinham sido eleitos ou que se elegeram para outro cargo. Isso foi negociado na época. Estabeleceu-se um percentual negociado com o governo... Também não adianta fazer a discussão, apresentar a emenda aqui sem combinar com o governo e ele não concordar ou vetar. Tem que ser um jogo combinado entre governo e Deputados.

É lógico que numa proposição dessas, em que vem esse dinheiro, é uma coisa – há toda essa celeuma sobre o problema da discussão, se esse subsídio para o transporte é ruim ou não é. Contudo, por exemplo, não dá para contemplar – respeito o Deputado Rafael Prudente – só um Deputado. Também não adianta aprovar essa emenda aqui e, ao chegar lá, o governo vetar. O que existe na realidade é um caminho que pode ser trilhado, a exemplo do que foi construído em 2011 em cima de um projeto de lei de crédito mandado pelo governo. Foi negociado com o governo e se estabeleceu um percentual. Ele disse: “Olhe, desse valor aqui, para cada Deputado que está no primeiro ano de mandato – por lei não há esse direito – o governo vai fazer essa concessão”.

A Deputada Eliana Pedrosa fez emendas extras na cota a que teria direito se continuasse Deputada Distrital. Esse é um caminho para que o governo possa negociar com os Deputados que tomaram posse agora em janeiro e dizer: “Olhe, nós vamos pegar esse valor – isso é um parâmetro –, dividir por 12, achar um valor e mandar essa proposição”. Tem de ser de iniciativa do Executivo para dizer que cada Deputado, mesmo no seu primeiro ano, vai ter direito a 8 milhões, ou descartar essa possibilidade e negociar um valor, dependendo do crédito que vier, para cada emenda de Parlamentar novo.

Existe outro complicador, inclusive para os Deputados antigos, viu, Deputado Chico Vigilante? Muitas das emendas dos Deputados que permaneceram aqui nesta Casa foram colocadas em secretarias e órgãos que agora desapareceram. Na reestruturação do governo, muitas das emendas nossas, dos Deputados que permanecem nesta Casa, desaparecem porque aquele órgão não existe mais. Então,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

essa adequação também tem de ser feita. O governo tem que estudar uma fórmula de contemplar os Deputados de primeiro mandato, como também tem que saber o que vai ser feito com as emendas dos Deputados que tiveram destinação para órgãos que não existem, que foram extintos, ou que foram transformados. É essa a saída – está aqui o Marcos Dantas – que tem que ser construída lá para vir uma coisa combinada.

Há outra informação também. É necessário que nós façamos a derrubada do veto ao projeto, Deputado Chico Vigilante, que estabelece que só se pode gastar emenda de Parlamentar mediante a sua autorização. Nós criamos esse mecanismo. O que acontecia, Sra. Presidente? Você destinava uma quantidade de dinheiro para uma administração, o sujeito gastava lá e sequer fazia alguma obra, sequer convidava o Deputado. Outra: como o Deputado fez a destinação, se o sujeito fizesse malversação daquele dinheiro, na hora de apanhar, o Deputado que ia responder. E responderam, muitos de nós respondemos a problema de emenda parlamentar, porque houve problema de *show*, coisa dessa natureza.

Assim, há necessidade de, primeiro, que o governo defina qual vai ser o valor, se vai aproveitar essas emendas que foram vetadas, da Deputada Eliana Pedrosa, que dá 8 milhões. Há que se saber o que se vai fazer com as emendas dos Deputados que foram alocadas a órgãos que não existem mais, de Deputados que fizeram essa destinação e que permaneceram aqui na Casa. E nós Deputados temos que derrubar o veto posto pelo governo anterior que tirou a exigência de que nós temos que autorizar a execução daquela emenda que está destinada, seja para a Administração do Gama, Planaltina, Sobradinho, ou qualquer outra secretaria. Ela só poderá ser executada mediante autorização do Deputado.

Esses esclarecimentos são necessários porque, às vezes, nós queremos tomar uma iniciativa que é até inteligente, louvável, mas não tem nenhuma eficácia, Deputado Prof. Israel, porque o governo não a acata. Porque se tirarmos 16 milhões agora vai faltar... Aí o objetivo maior de votarmos hoje é para acabar com a greve do transporte, e nós não vamos acabar. Então, como não está sendo executada nem de novato nem de antigo aqui, o governo tem tempo para gerenciar e criar uma solução que agrade a todos nós.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Eu só gostaria de saber se houve, então, o pedido oficial da retirada da emenda, Deputado Ricardo Vale. Não há necessidade do destaque? Houve a retirada da emenda?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, houve o pedido da retirada, mas com esse compromisso do Serginho que assume em nome do governo. Só para ficar claro.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu peço ao Relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rafael Prudente, para fazer a retificação do parecer, que ainda não foi votado, conforme o acordo de Líderes, devido à retirada da emenda do Deputado.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, depois eu gostaria de fazer uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado. Assim que a gente terminar a votação, V.Exa. o fará. (Pausa.)

Deputado Rafael Prudente, está retirada a Emenda nº 2 a pedido do autor.

É só retificar o parecer.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, relatoria do parecer ao Projeto de Lei nº 242, de 2015, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais).

Conforme acordo deste Plenário, fica retirada a Emenda Modificativa nº 2, de 2014, e aprovada a Emenda Modificativa nº 1.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 242, de 2015, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2015	16h15min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

A matéria segue a tramitação regimental.

Convoco as Sras. e Srs. Deputados para sessão extraordinária, com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 242, de 2015, e demais moções e requerimentos da Ordem do Dia da sessão ordinária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 18h37min.)